



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

OBJETO

AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS, fabricados em FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA, destinados à reposição e instalação em vias públicas, conforme demandas da SEMCONSESP, com base nas quantidades, especificações e exigências definidas no Estudo Técnico Preliminar e estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 821.420,00 (oitocentos e vinte e um mil quatrocentos e vinte reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

10/06/2026 as 09:00h(Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº. 7716/2025-E)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Queimados, por meio da Comissão Permanente de Licitações, Materiais e Obras (CPLMSO), sediado a Rua Mário Pati Júnior 164-338, Fanchem - Queimados, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais 2.893/2023, 2.895/2023 todos de 09/03/2023, e demais legislação aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS, fabricados em FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA, destinados à reposição e instalação em vias públicas, conforme demandas da SEMCONSESP, com base nas quantidades, especificações e exigências definidas no Estudo Técnico Preliminar e estabelecidas neste instrumento.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Da Participação na Licitação

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 ou o 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado: 3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e 3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. Do Preenchimento da Proposta

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: 4.1.1. Valor unitário para o item e valor total para o item. 4.1.2. Marca; 4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante. 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. Da Abertura da Sessão, Classificação da Propostas e Formulação de Lances

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

prorrogações. 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação. 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. 5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. Empresas brasileiras; 5.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

5.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

5.18.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. Da Fase de Julgamento

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: 6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. Da Fase de Habilitação

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.4. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.5. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. Do reajuste de preços

8.1 Nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/21, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2 O reajuste será aplicável após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data do orçamento, ou seja, SCO-RIO de Julho de 2025, conforme previsto no caput do referido artigo, e será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 140 da mesma Lei, por se tratar de alteração que não modifica o conteúdo contratual.

8.3 Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá apresentar solicitação formal, acompanhada de memória de cálculo e comprovação da variação do índice, para análise e manifestação da Administração.

8.4 O reajuste será de acordo com a fórmula que se segue:

$$\text{FATOR} = I/I0$$

$$P0 \times \text{FATOR} = R$$

8.5 Onde:

R = Valor do reajustamento.

I0 = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos serviços especificados e relativos ao mês da data base do orçamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

I = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos serviços especificados e relativos ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta.

P0 = Preço unitário constante da planilha orçamentária, apresentada pela firma licitante.

8.6 Na hipótese de extinção ou indisponibilidade do índice IPCA, será adotado índice oficial equivalente, conforme legislação vigente.

8.7 Em caso de itens não constantes daquele catálogo, será adotado valor de mercado, obtido através da média de, no mínimo, 3 fornecedores, incidindo o mesmo desconto percentual ofertado pela licitante vencedora.

8.8 O reajuste será aplicado exclusivamente aos itens contratados, mantendo-se os mesmos critérios e descontos ofertados pela licitante vencedora, inclusive em caso de inclusão de novos itens por termo aditivo.

8.9 Não haverá aplicação de repactuação, sendo vedado o reajuste com base em convenções coletivas ou encargos sociais, por não se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

9. Dos Recursos

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. Das Infrações Administrativas e Sanções

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: cplmso.semac@queimados.rj.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. Das Disposições Gerais

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=4>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos
- 12.11.2. ANEXO II – Planilha de preços Máximos
- 12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços
- 12.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Ausência de Parentesco
- 12.11.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

1- SOLICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SEMCONSESP.

2- OBJETO

2.1 O objeto deste Termo de Referência consiste na **AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS**, fabricados em **FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA**, destinados à reposição e instalação em vias públicas, conforme demandas da **SEMCONSESP**, com base nas quantidades, especificações e exigências definidas no Estudo Técnico Preliminar e estabelecidas neste instrumento.

2.2 Os produtos adquiridos serão utilizados para:

2.2.1 **Garantir a segurança de pedestres e veículos**, evitando acidentes causados por estruturas danificadas ou ausentes;

2.2.2 **Assegurar o funcionamento adequado do sistema de drenagem**, prevenindo alagamentos e obstruções em bocas de lobo;

2.2.3 **Manter a integridade da malha viária**, reduzindo custos com reparos emergenciais em vias e passeios públicos.

2.3 O objeto deste Termo de Referência enquadra-se na categoria de **bens comuns**, conforme o **art. 6º, XXI, "a" da Lei nº 14.133/21**, por possuir padrões de desempenho e características usualmente disponíveis no mercado. Dessa forma, a contratação poderá ser realizada por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da legislação vigente.

3- JUSTIFICATIVA

3.1 A realização da presente **licitação para aquisição de tampões e grelhas em ferro fundido e fibra plástica** justifica-se pela necessidade de:

3.1.1 **Manutenção da infraestrutura urbana**, visando:

3.1.1.1 Garantir a segurança de pedestres e veículos, evitando acidentes causados pela ausência ou deterioração desses componentes;

3.1.1.2 Assegurar a eficácia do sistema de drenagem, prevenindo alagamentos e obstruções que comprometem a mobilidade urbana e a saúde pública;

3.1.1.3 Preservar a malha viária, reduzindo custos com reparos emergenciais e prolongando a vida útil das vias públicas.

3.1.2 **Atendimento a padrões técnicos e de qualidade**, considerando que:

3.1.2.1 Os materiais especificados (**ferro fundido e fibra plástica**) oferecem resistência mecânica, durabilidade e adaptabilidade a diferentes condições climáticas;



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

3.1.2.2 A aquisição por meio de licitação assegura transparência, competitividade e melhor relação custo-benefício.

3.1.3 **Conformidade com o ordenamento jurídico**, observando:

3.1.3.1 Os princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência** (art. 37, CF/88);

3.1.3.2 As disposições da Lei nº 14.133/21, especialmente no que tange à contratação de **bens comuns** (art. 6º, XXI, "a"), passíveis de aquisição por meio de **Pregão Eletrônico**, modalidade que melhor atende aos critérios de celeridade e economicidade.

3.2 Dessa forma, a presente licitação demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente amparada, atendendo às necessidades da administração pública com observância estrita às normas vigentes.

4- DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO SCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	DE	QTDE
1	MAT065950	Grelha de ferro fundido completa, de (30x90) cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada.	UNIDADE		600
2	MAT065880	Grelha completa de (30x90) cm, para uma resistência de 250 kN, de fibra plástica (plástico 100% reciclado ou poliuretano) para caixa de ralo.	UNIDADE		200
3	MAT127500	Tampão de ferro fundido dúctil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90º, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulação de veículos e estacionamentos para todo tipo de veículos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo antifurto, pintado com tinta hidrossolúvel na cor preta, completo. As peças devem ter identificação em local visível mesmo após assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o número da norma técnica, a utilização, e a identificação do órgão: "PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ".	UNIDADE		800
4	MAT127600	Tampão de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diâmetro, com 125Kg, para caixa de registro.	UNIDADE		200

4.1 Os dispositivos metálicos especificados para drenagem e inspeção urbana devem ser fabricados em ferro fundido dúctil ou cinzento, conforme as normas técnicas vigentes da ABNT. Para grelhas de sarjeta, exige-se conjunto articulado com sistema de bloqueio anti-retorno e



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

travamento, medindo 300x900mm, classe C250, com resistência mínima de 250 kN, conforme NBR 6916:1981 e NBR 10160:2005. O telar deve possuir altura mínima de 100mm, e o sistema de articulação deve permitir abertura segura para manutenção, com travamento que evite ruídos e furto.

4.2 Para tampões circulares de inspeção em áreas de tráfego intenso, especifica-se diâmetro nominal de 600mm, classe D400, com resistência mínima de 400 kN. A tampa deve ser articulada com sistema de parada vertical (mínimo 90°), travamento por barra elástica ou parafuso inoxidável, e dispositivo antifurto integrado. Deve incluir sistema de abertura restrita com ferramenta especial não comercial, fornecida junto ao lote.

4.3 Já os tampões retangulares para caixas de inspeção devem medir 400x600mm, com peso mínimo de 25 kg, classe A15, resistência à ruptura de 10 kN e flecha residual máxima de 1,6 mm. O encaixe entre tampa e telar deve garantir estabilidade e ausência de ruídos.

4.4 Para fins de padronização e rastreabilidade dos materiais adquiridos, **é obrigatória a identificação permanente do órgão: “PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ” em local visível, mesmo após o assentamento**, devendo constar de forma legível e indelével no corpo das peças, sem possibilidade de remoção por abrasão comum. Essa identificação visa assegurar o controle patrimonial, coibir furtos, garantir a correta destinação dos itens às equipes de manutenção urbana e permitir a fiscalização eficiente pela Administração. A ausência dessa marcação, ou sua execução em desconformidade com o padrão solicitado, ensejará a rejeição do material no ato do recebimento.

4.4 Todos os produtos devem atender integralmente às normas ABNT aplicáveis, sendo necessário a apresentação de certificação de qualidade por parte do fornecedor.

4.5 A fim de assegurar que os produtos ofertados atendem plenamente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, poderá ser exigida a apresentação de amostras dos itens cotados.

4.6 A amostra será solicitada exclusivamente ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos da Lei 14.133/2021, art. 17, § 3º c/c art. 41, inciso II e parágrafo único, art. 42, § 2º, para fins de verificação de conformidade do objeto.

4.7 As amostras deverão ser entregues no prazo, horário e local definidos pelo pregoeiro, em mensagem emitida no sistema eletrônico de compras, devendo corresponder exatamente ao produto ofertado na proposta, inclusive quanto à marca, modelo e demais características. A avaliação técnica considerará o atendimento integral às normas ABNT aplicáveis, à resistência mecânica, ao acabamento, à identificação obrigatória do órgão, bem como às demais exigências constantes deste TR.

4.8 A não apresentação da amostra no prazo estabelecido, a apresentação divergente do item ofertado ou o não atendimento às especificações técnicas implicará a rejeição da proposta, permitindo-se a convocação do licitante subsequente, conforme disciplinado no Edital.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

5- DA TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

5.1 A metodologia para estimativa do quantitativo necessário foi elaborada com base em três pilares fundamentais:

5.1.1 **Análise histórica do volume contratado nos últimos 24 meses**, conforme registrado na Ata de Registro de Preços nº 005/2024, publicada no DOQ nº 151 de 12/08/2024;

5.1.2 **Demanda operacional atual da SEMCONSESP**, que demonstra crescimento nas solicitações devido à melhoria dos canais de comunicação com a população; e

5.1.3 **Projeção de reposição preventiva** considerando o ciclo de vida útil dos materiais.

5.2 Este conjunto de dados justifica técnica e quantitativamente o volume pretendido, assegurando que a aquisição atenderá tanto às necessidades imediatas quanto à estratégia de manutenção preventiva da malha urbana.

6- DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 O preço total estimado pela Administração para esta aquisição é **de R\$ R\$ 821.420,00 (oitocentos e vinte e um mil e quatrocentos e vinte reais)**, considerando o período de execução objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.

6.2 As despesas com a execução da presente aquisição correrão por conta de recursos da SEMCONSESP, na forma abaixo apresentada:

6.3-	FICHA	PROGRAMA TRABALHO	DE NATUREZA DESPESA	DA FONTE DE RECURSOS	Nos
	2513	35.101.15.452.0022.2.083	3.3.90.39.00.00	1704	

termos do art. 92 da Lei nº 14.133/21, declara-se que o orçamento utilizado para estimativa do valor desta contratação tem como data-base o mês de julho de 2025, conforme tabela SCO-RIO/2025, utilizada como referência oficial para formação dos preços.

7- MODALIDADE DA LICITAÇÃO

7.1 A licitação será realizada na **modalidade Pregão Eletrônico**, por se tratar de bens comuns com especificações padronizadas, o que permite maior agilidade, ampla competitividade e transparência. O **critério de julgamento** adotado será o de **menor preço por item**, desde que atendidas todas as exigências técnicas estabelecidas no edital.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1 Exigências Gerais de Habilitação

8.1.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.1.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.7 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.1.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.9 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2 Habilitação Jurídica

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.2.1.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

8.2.1.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.2.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 **Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

8.3.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Rio de Janeiro relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.4 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 **Habilitação Econômico-financeira:**

8.6.1 Certidões Negativas de Falências ou Recuperação Judicial expedidas pelos Distribuidores da sede. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária;

8.6.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.3 No caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos, será admitida a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social;

8.6.4 As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.6.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.6.6 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um), obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC= _____

Passivo Circulante

8.6.7 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.6.8 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

8.6.8.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

8.6.8.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/06, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.7 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às exigências do item que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicada das sanções cabíveis.

8.8 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menores valores cujas retiradas sejam suficientes para a habilitação do licitante nos remanescentes.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

8.9 Qualificação Técnica:

8.9.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde o licitante comprove que vendeu, entregou no prazo contratual o equipamento ofertado.

8.10 Exigências Ambientais para Habilitação e Execução Contratual:

8.10.1 Considerando que a fabricação e fornecimento de tampões e grelhas de ferro fundido e fibra plástica podem envolver processos industriais com potencial impacto ambiental, a licitante deverá comprovar sua regularidade ambiental perante os órgãos competentes, como condição essencial para habilitação e execução contratual.

8.10.2 A licitante deverá apresentar, obrigatoriamente:

8.10.1.1 Certificado de Regularidade (CR) emitido pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP do IBAMA, válido e compatível com sua atividade industrial;

8.10.1.2 Licença Ambiental de Operação (LAO) ou documento equivalente, expedido pelo órgão ambiental competente, que autorize as atividades de fundição (para fornecedores de ferro fundido) e/ou processo de moldagem de plástico reforçado (para fornecedores de fibra plástica);

8.10.2.3 Declaração de conformidade com as normas ambientais aplicáveis ao processo produtivo, acompanhada de ART/RRT válida do profissional responsável técnico.

8.10.3 O descumprimento das exigências ambientais acarretará a inabilitação da licitante ou a rescisão contratual, conforme o caso, sem prejuízo das penalidades previstas em lei e no contrato.

8.10.4 A Administração poderá verificar periodicamente a validade e adequação das licenças, sendo obrigação da contratada manter toda documentação ambiental atualizada durante a vigência do contrato.

8.10.5 A Administração reserva-se o direito de verificar a veracidade das informações e desclassificar proponentes que não comprovem o atendimento aos requisitos ambientais estabelecidos.

9- CONDIÇÕES DA ENTREGA

9.1 O prazo para entrega do objeto será de até 07 (sete) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho, e deverão ser entregues no Almoxarifado da SEMCONSESP, em dias úteis e das 09h às 17h, à Rua Félix, 1581, Vila do Tinguá, Queimados/RJ, atendendo o Cronograma de Entrega que compõe o Anexo III.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

9.2 O objeto será recebido **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

9.3 **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pela Comissão de Fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

9.4 O objeto deverá estar de acordo com as especificações descritas no item 4 do presente termo de referência, que atende o art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

9.5 Será recusado o objeto que for entregue com especificações diferentes das contidas neste instrumento, ficando a cargo da Contratada sua reposição por outro de acordo com as especificações, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da recusa, sem qualquer ônus para a Administração, e sem prejuízo das sanções cabíveis.

10-DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 O eventual contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.4 A execução do eventual contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização. (Lei nº 14.133/21, art. 117, *caput*).

10.5 Fiscalização Técnica

10.5.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.5.2 O fiscal técnico do contrato anotar no Atestado de Realização de Serviços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/21, art. 117, §1º).

10.5.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.5.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.5.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

10.6 Fiscalização Administrativa

10.6.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.6.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.7 Gestor Do Contrato

10.7.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.7.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

11-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Comunicar a Contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir o cumprimento do contrato.

11.2 Assumir integral responsabilidade por danos causados às Secretarias e Órgãos solicitantes ou a terceiros, isentando a Prefeitura Municipal de Queimados de todas as reclamações que possam surgir.

11.3 Atender fielmente o objeto desse termo de referência, em acordo com itens e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, na proposta de preços, no contrato, nos anexos ou discriminatórios técnicos, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagradas e pertinentes ao caso.

11.4 O fornecimento deverá ser conforme solicitação da contratante, devendo a empresa vencedora efetuar a entrega do material solicitado pela SEMCONSESP em até 07 (sete) dias úteis, na forma estabelecida no Cronograma de Entrega, que compõe o Anexo III deste Termo de Referência.

11.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código Defesa do Consumidor.

11.6 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos, desde que a Contratada se manifeste neste sentido em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificada pela Administração.

11.7 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

11.8 Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações contidas nesse instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, obrigar-se-á:

12.1.1 Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

12.1.2 Acompanhar a entrega dos materiais e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

12.1.3 A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionários da Secretaria ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado;



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

12.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da entrega, bem como atestar a Nota Fiscal;

12.1.5 Efetuar o pagamento no tempo e forma estabelecidos neste termo;

12.1.6 Proporcionar o que for necessário para que a entrega seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência;

12.1.7 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.8 Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

13-DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será atrelado a apresentação da seguinte documentação por parte da CONTRATADA:

13.1.1 Solicitação de pagamento, assinada pelo representante legal, com carimbo CNPJ da empresa;

13.1.2 Nota fiscal.

13.2 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, sendo liberado após a conferência e aprovação da Secretaria requisitante.

13.3 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

13.4 Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

13.5 Documentos de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

13.6 Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Federais expedida pela Receita Federal (RFB), e Dívida Ativa da União da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Contribuição Previdenciária e às de Terceiros (RFB) da sede da licitante.

13.7 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo do Imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.

13.8 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo de débito do Município do domicílio ou onde se encontra a sede da empresa.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

13.9 Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Município da Sede da licitante.

13.10 Certidão conjunta da Procuradoria Tributária e Dívida Ativa com a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município de Queimados acerca da existência ou não de débitos em nome do licitante, considerando a vedação dos artigos 85 e 109 do Código Tributário Municipal.

13.11 Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, ou certidão positiva com efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.13 Certidões Negativas de Falências ou Recuperação Judicial expedidas pelos Distribuidores da sede. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária.

14-DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1 Nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/21, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.2 O reajuste será aplicável após o transcurso de 12 (doze) meses contados da **data do orçamento, ou seja, SCO-RIO de Julho de 2025**, conforme previsto no caput do referido artigo, e será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 140 da mesma Lei, por se tratar de alteração que não modifica o conteúdo contratual.

14.3 Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá apresentar solicitação formal, acompanhada de memória de cálculo e comprovação da variação do índice, para análise e manifestação da Administração.

14.4 O reajuste será de acordo com a fórmula que se segue:

$$\text{FATOR} = I/I_0$$

$$P_0 \times \text{FATOR} = R$$

14.5 Onde:

R=Valor do reajustamento.

I₀=Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos serviços especificados e relativos ao mês da data base do orçamento.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

I= Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos serviços especificados e relativos ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta.

P0= Preço unitário constante da planilha orçamentária, apresentada pela firma licitante.

14.6 Na hipótese de extinção ou indisponibilidade do índice IPCA, será adotado índice oficial equivalente, conforme legislação vigente.

14.7 Em caso de itens não constantes daquele catálogo, será adotado valor de mercado, obtido através da média de, no mínimo, 3 fornecedores, incidindo o mesmo desconto percentual ofertado pela licitante vencedora.

14.8 O reajuste será aplicado exclusivamente aos itens contratados, mantendo-se os mesmos critérios e descontos ofertados pela licitante vencedora, inclusive em caso de inclusão de novos itens por termo aditivo.

14.9 Não haverá aplicação de repactuação, sendo vedado o reajuste com base em convenções coletivas ou encargos sociais, por não se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

15-DEMAIS DESPESAS

15.1 O preço proposto compreenderá todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza, resultante do fornecimento.

15.2 O custo das contratações correrá por conta do orçamento vigente com base na tabela SCO-RIO de JULHO/2025.

16-DAS PENALIDADES

16.1 O CONTRATADO inadimplente estará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.2 O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

16.2.1 Advertência por escrito;

16.2.2 Multa;

16.2.3 Impedimento de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;

16.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

16.2.5 Será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias. O valor da multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

16.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia que exceder o prazo, sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

17-PESQUISA DE PREÇOS

17.1 Foi utilizado como referência para balizamento de custos, a tabela de referência oferecida pelo Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO de JULHO de 2025.

18-DA ECONOMICIDADE E VANTAJOSIDADE

18.1 Considerando que a formação de preços tem como base a tabela de referência oferecida pelo Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO de JULHO de 2025 é referência obrigatória na elaboração de orçamentos do Estado do Rio de Janeiro e em Municípios que não possuem sistema próprio.

18.2 Atestamos a economicidade dos preços apresentados, restando comprovada a vantajosidade para esta contratação pela Administração Pública.

19-CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1 Aplicam-se, as disposições da Lei nº 14.133/21 e, no que couber, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

19.2 É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem a prévia autorização da Administração Pública.

19.3 Conforme recomendação do TCE/RJ e de boas práticas, fazem parte deste Termo de Referência os anexos:

a) Anexo I – Especificações e Quantidades;




MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

- b) Anexo I.A – Relatório de Estoques Existentes;
- c) Anexo I.B – Técnica de Estimação em Função do Consumo e Utilização Prováveis;
- d) Anexo II – Pesquisa Preliminar de Preço;
- e) Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro.

SUBMETO o presente Termo de Referência ao Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos para análise e autorização para prosseguimento, se estiver de acordo.


Queimados, 11 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA CORLETT GOMES**
Data: 11/03/2026 15:26:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTA CORLETT GOMES
Subsecretária Adjunta de Próprios Municipais
Matrícula nº 15291/01

APROVO o presente Termo de Referência, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Secretaria e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

Queimados, 11 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA**
Data: 12/03/2026 11:56:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Grelha de ferro fundido completa, de (30x90)cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada	UNIDADE	600
2	Grelha completa de (30 x 90)cm, para uma resistencia de 250 kN, de fibra plastica (plastico 100% reciclado ou poliuretano) para caixa de ralo	UNIDADE	200
3	Tampao de ferro fundido ductil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90o, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulacao de veiculos e estacionamentos para todo tipo de veiculos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo anti-furto, pintado com tinta hidrossolúvel na cor preta, completo. As pecas devem ter identificacao em local visível mesmo apos assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o numero da norma tecnica, a utilizacao, e a identificacao do orgao da "PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ" responsável.	UNIDADE	800
4	Tampao de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diametro, com 125Kg, para caixa de registro	UNIDADE	200

Documento assinado digitalmente



ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 23/02/2026 11:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretária Adjunta de Próprios Municipais
Matrícula nº 15.291/01

Documento assinado digitalmente



PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Data: 12/03/2026 11:52:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/04



MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

ANEXO I.A – RELATÓRIO DE ESTOQUES EXISTENTES

Declaro, para os devidos fins, que a SEMCONSESP **NÃO** possui contratos vigentes para AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS, fabricados em FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA, destinados à reposição e instalação em vias públicas.

Queimados 11 de março de 2026



Documento assinado digitalmente

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Data: 12/03/2026 11:52:03-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/01



REFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I.B - TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO E ESTOQUE INEXISTENTE

Descrição	QUANTIDADE APROXIMADA		
	Aquisição no exercício anterior	Estoque	Demanda Aproximada
Grelha de ferro fundido completa, de (30x90)cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada	800	0	600
Grelha completa de (30 x 90)cm, para uma resistencia de 250 kN, de fibra plastica (plastico 100% reciclado ou	0		200
Tampao de ferro fundido ductil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90o, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulacao de veiculos e estacionamentos para todo tipo de veiculos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo anti-furto, pintado com tinta hidrossolúvel na cor preta, completo. As pecas devem ter identificacao em local visível mesmo apos assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o numero da norma tecnica, a utilizacao, e a identificacao do orgao da "PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ" responsável.	800	0	800
Tampao de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diametro, com 125Kg, para caixa de registro	200	0	200

Documento assinado digitalmente



ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 11/03/2026 14:06:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTA CORLETT GOMES

Subsecretária Adjunta de Próprios Municipais
Matrícula nº 15.291/01
CREA 2022106721

Documento assinado digitalmente



PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Data: 12/03/2026 11:52:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA

Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/04



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO II - PESQUISA PRELIMINAR DE PREÇO

Referência: SCO 07/2025

ITEM	CÓDIGO SCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	MAT065950	Grelha de ferro fundido completa, de (30x90)cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada	UNIDADE	600	R\$ 329,80	R\$ 197.880,00
2	MAT065880	Grelha completa de (30 x 90)cm, para uma resistencia de 250 kN, de fibra plastica (plastico 100% reciclado ou poliuretano) para caixa de ralo	UNIDADE	200	R\$ 679,00	R\$ 135.800,00
3	MAT127500	Tampao de ferro fundido ductil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90o, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulacao de veiculos e estacionamentos para todo tipo de veiculos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo anti-furto, pintado com tinta hidrossoluvél na cor preta, completo. As pecas devem ter identificacao em local visível mesmo apos assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o numero da norma tecnica, a utilizacao, e a identificacao do orgao da "PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ" responsável.	UNIDADE	800	R\$ 490,00	R\$ 392.000,00
4	MAT127600	Tampao de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diametro, com 125Kg, para caixa de registro	UNIDADE	200	R\$ 478,70	R\$ 95.740,00
Total						R\$ 821.420,00

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 23/02/2026 11:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTA CORLETT GOMES
Subsecretária Adjunta de Próprios Municipais
Matrícula nº 15.291/01

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Data: 12/03/2026 11:52:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/04



ANEXO III - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL ANO	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
					1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
1	Grelha de ferro fundido completa, de (30x90)cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada	600	R\$ 329,80	R\$ 197.880,00	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
					R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00	R\$ 16.490,00
2	Grelha completa de (30 x 90)cm, para uma resistencia de 250 kN, de fibra plastica (plastico 100% reciclado ou poliuretano) para caixa de ralo	200	R\$ 679,00	R\$ 135.800,00	20	20	20	20	20	20	20	20	15	10	10	5
					R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 13.580,00	R\$ 10.185,00	R\$ 6.790,00	R\$ 6.790,00	R\$ 3.395,00
3	Tampao de ferro fundido ductil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90o, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulação de veículos e estacionamentos para todo tipo de veículos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo anti-furto, pintado com tinta hidrossolúvel na cor preta, completo. As peças devem ter identificação em local visível mesmo após assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o número da norma técnica, a utilização, e a identificação do órgão da "PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS/RJ" responsável.	800	R\$ 490,00	R\$ 392.000,00	100	100	70	70	70	70	70	50	50	50	50	
					R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ 34.300,00	R\$ 34.300,00	R\$ 34.300,00	R\$ 34.300,00	R\$ 34.300,00	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00
4	Tampao de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diametro, com 125Kg, para caixa de registro	200	R\$ 478,70	R\$ 95.740,00	20	20	20	20	20	20	20	20	15	10	10	5
					R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 9.574,00	R\$ 7.180,50	R\$ 4.787,00	R\$ 4.787,00	R\$ 2.393,50
PREÇO TOTAL MENSAL:					R\$ 88.644,00	R\$ 88.644,00	R\$ 73.944,00	R\$ 73.944,00	R\$ 73.944,00	R\$ 73.944,00	R\$ 73.944,00	R\$ 64.144,00	R\$ 58.335,50	R\$ 52.567,00	R\$ 52.567,00	R\$ 46.778,50
PREÇO TOTAL ANUAL:				R\$ 821.420,00												

ROBERTA CORLETT GOMES
Subsecretária Adjunta de Próprios Municipais
Matrícula nº 15.291/01
CREA 2022106721

PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Matrícula nº 14419/04



Documento assinado digitalmente
ROBERTA CORLETT GOMES
Data: 23/02/2026 11:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
PEDRO TOSHIO CARNEIRO KIMURA
Data: 12/03/2026 11:56:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

I. DADOS DA EMPRESA E REPRESENTANTES LEGAIS

Razão Social do proponente:

CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Telefone e endereço eletrônico (para contato):

Nome completo do representante legal:

Qualificação:

Nº. de CPF:

Endereço completo com CEP:

Telefone e endereço eletrônico (para contato):



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ITEM	CÓDIGO SCO	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	MAT065950	Grelha de ferro fundido completa, de (30x90)cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada	600		
2	MAT065880	Grelha completa de (30 x 90)cm, para uma resistencia de 250 kN, de fibra plastica (plastico 100% reciclado ou poliuretano) para caixa de ralo	200		
3	MAT127500	Tampao de ferro fundido ductil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90o, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulacao de veiculos e estacionamentos para todo tipo de veiculos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo anti-furto, pintado com tinta hidrossolúvel na cor preta, completo. As pecas devem ter identificacao em local visível mesmo apos assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o numero da norma tecnica, a utilizacao, e a identificacao do orgao da PMQ responsavel.	800		
4	MAT127600	Tampao de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diametro, com 125Kg, para caixa de registro	200		
Total:					



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO
PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob pena das sanções previstas no artigo 155, Inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº___/2026, que os representantes legais da sociedade empresária não têm vínculo de parentesco com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme orientação expressa no Informativo de Licitações e Contratos nº. 149 do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2420/2013 – Primeira Câmara, TC 008.748/2000-9).

Queimados, RJ, _____de _____de 2026.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo administrativo nº 7716.2025.E

Instrumento Contratual nº __/__, arquivado
no Livro de Registro de Contratos nº
/2025, às fls. ____ a
_____.

Contrato administrativo que fazem entre si o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS** e a _____, referente a AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS, fabricados em FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA, destinados à reposição e instalação em vias públicas, conforme demandas da SEMCONSESP.

O **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei nº 1.779, de 21 de dezembro de 1990, com inscrição no CNPJ/MF nº 39.485.412/0001-02, com sede na Avenida Mário Pati Júnior, nº 164-338, Vila Camarim, Queimados/RJ, CEP 26383-510, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO** neste ato representada pelo Secretário Municipal _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG nº. _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF/MF sob o no. _____, residente e domiciliado em _____, tendo em vista o que consta no Processo nº _____, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2895/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, para **decorrente do Pregão Eletrônico nº __/__, referente ao**



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Processo Administrativo nº 7716/2025-E, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a *AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS, fabricados em FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA, destinados à reposição e instalação em vias públicas, conforme demandas da SEMCONSESP, conforme especificações indicadas no Termo de Referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico nº. ____/____.*

1.2 Objeto da contratação:

Referência: SCO 07/2025

ITEM	CÓDIGO SCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	MAT065950	Grelha de ferro fundido completa, de (30x90)cm, com 135Kg, para caixa de ralo, articulada	UNIDADE			
2	MAT065880	Grelha completa de (30 x 90)cm, para uma resistencia de 250 kN, de fibra plastica (plastico 100% reciclado ou poliuretano) para caixa de ralo	UNIDADE			
3	MAT127500	Tampao de ferro fundido ductil (ou nodular ou com grafita esferoidal), abertura livre de 600mm, articulado com bloqueio anti-retorno a 90o, com junta de apoio da tampa em polietileno, classe D400, para uso em vias de circulacao de veiculos e estacionamentos para todo tipo de veiculos, carga de controle de 400Kg, altura do telar de 100mm, peso aproximado de 60Kg, com dispositivo anti-furto, pintado com tinta hidrossolúvel na cor preta, completo. As pecas devem ter identificacao em local visivel mesmo apos assentamento: O nome ou marca do fabricante, a classe, o numero da norma tecnica, a utilizacao, e a identificacao do orgao da PMQ responsavel.	UNIDADE			
4	MAT127600	Tampao de ferro fundido completo, de 0,40m a 0,60m de diametro, com 125Kg, para caixa de registro	UNIDADE			
Total:						

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação.

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 Trata-se de aquisição única, encerrando o prazo de vigência da contratação após a entrega do bem na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O eventual contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.4 A execução do eventual contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização. (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

3.5.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.5.2 O fiscal técnico do contrato anotar no Atestado de Realização de Serviços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/21, art. 117, §1º).



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.5.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.5.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.5.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

3.6.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.6.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.7.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.7.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem a prévia autorização da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total do Contrato é de R\$ _____(_____)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O pagamento será atrelado à apresentação da seguinte documentação por parte da Contratada:

6.1.1 Solicitação de pagamento, assinada pelo representante legal, com carimbo do CNPJ da empresa;

6.1.2 Nota fiscal.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.2 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, sendo liberado após a conferência e aprovação da Secretaria requisitante.

6.3 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

6.4 Para receber seus créditos, a Contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

6.5 Documentos de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

6.6 Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Federais expedida pela Receita Federal (RFB), e Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Contribuição Previdenciária e às de Terceiros (RFB) da sede da licitante.

6.7 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.

6.8 Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de débito do Município do domicílio ou onde se encontra a sede da empresa.

6.9 Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria-Geral do Município da sede da licitante.

6.10 Certidão conjunta da Procuradoria Tributária e Dívida Ativa com a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município de Queimados, acerca da existência ou não de débitos em nome do licitante, considerando a vedação dos artigos 85 e 109 do Código Tributário Municipal.

6.11 Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, ou certidão positiva com efeitos de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.13 Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial expedidas pelos Distribuidores da sede. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.1 Nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/21, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.2 O reajuste será aplicável após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data do orçamento, ou seja, SCO-RIO de Julho de 2025, conforme previsto no caput do referido artigo, e será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 140 da mesma Lei, por se tratar de alteração que não modifica o conteúdo contratual.

7.3 Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá apresentar solicitação formal, acompanhada de memória de cálculo e comprovação da variação do índice, para análise e manifestação da Administração.

7.4 O reajuste será de acordo com a fórmula que se segue:

$$\text{FATOR} = I/I0$$

$$P0 \times \text{FATOR} = R$$

7.5 Onde:

R = Valor do reajustamento.

I0 = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos serviços especificados e relativos ao mês da data base do orçamento.

I = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos serviços especificados e relativos ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta.

P0 = Preço unitário constante da planilha orçamentária, apresentada pela firma licitante.

7.6 Na hipótese de extinção ou indisponibilidade do índice IPCA, será adotado índice oficial equivalente, conforme legislação vigente.

7.7 Em caso de itens não constantes daquele catálogo, será adotado valor de mercado, obtido através da média de, no mínimo, 3 fornecedores, incidindo o mesmo desconto percentual ofertado pela licitante vencedora.

7.8 O reajuste será aplicado exclusivamente aos itens contratados, mantendo-se os mesmos critérios e descontos ofertados pela licitante vencedora, inclusive em caso de inclusão de novos itens por termo aditivo.

7.9 Não haverá aplicação de repactuação, sendo vedado o reajuste com base em convenções coletivas ou encargos sociais, por não se tratar de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.1 Além das obrigações contidas neste instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, obrigar-se-á:

8.1.1 Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

8.1.2 Acompanhar a entrega dos materiais e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.1.3 A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionários da Secretaria ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da entrega, bem como atestar a Nota Fiscal;

8.1.5 Efetuar o pagamento no tempo e forma estabelecidos neste termo;

8.1.6 Proporcionar o que for necessário para que a entrega seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência;

8.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.8 Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O prazo para entrega do objeto será de até 07 (sete) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho, e deverão ser entregues no Almoxarifado da SEMCONSESP, em dias úteis e das 09h às 17h, à Rua Félix, 1581, Vila do Tinguá, Queimados/RJ, atendendo o Cronograma de Entrega que compõe o Anexo III.

9.2 O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

9.3 O objeto será recebido definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pela Comissão de Fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

9.4 O objeto deverá estar de acordo com as especificações descritas no item 4 do presente Termo de Referência, que atende ao art. 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

9.5 Será recusado o objeto que for entregue com especificações diferentes das contidas neste instrumento, ficando a cargo da Contratada sua reposição por outro de acordo com as especificações, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da recusa, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.1 Comunicar à Contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir o cumprimento do contrato.

10.2 Assumir integral responsabilidade por danos causados às Secretarias e Órgãos solicitantes ou a terceiros, isentando a Prefeitura Municipal de Queimados de todas as reclamações que possam surgir.

10.3 Atender fielmente o objeto deste Termo de Referência, em acordo com os itens e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, na proposta de preços, no contrato, nos anexos ou discriminatórios técnicos, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagradas e pertinentes ao caso.

10.4 O fornecimento deverá ser conforme solicitação da Contratante, devendo a empresa vencedora efetuar a entrega do material solicitado pela SEMCONSESP em até 07 (sete) dias úteis, na forma estabelecida no Cronograma de Entrega, que compõe o Anexo III deste Termo de Referência.

10.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor.

10.6 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos, desde que a Contratada se manifeste neste sentido em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificada pela Administração.

10.7 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

9.8 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

12.1 Cabe ao Contratante, através da Secretaria Municipal gestora do contrato, por servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, ou empresa especialmente contratada para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do objeto deste contrato, incumbindo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister, definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação de



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, lançando mão, inclusive, de roteiros, relatórios fotográficos (se for o caso), termos de conferência, entre outros, para o cumprimento de sua competência, observando as orientações da Controladoria Geral do Município.

12.2 O Contratado declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, desde que previstos no edital.

12.3 É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto neste contrato, no edital, nas especificações, nos projetos e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com o objeto do presente contrato.

12.4 O Contratante terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto do Contratado que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito.

12.5 No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do Contratante, poderá esta confiar a outrem a execução do objeto do contrato reclamado e não executado, descontando o seu custo de uma só vez no primeiro pagamento mensal a ser feito ao Contratado.

12.6 Caberá à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos atestar as notas fiscais ou faturas emitidas pelo Contratado, após o adimplemento da obrigação contratual, de acordo com a Cláusula Primeira, anexando roteiros, relatórios fotográficos (se for o caso), termos de conferência e toda a documentação necessária para a conveniente comprovação de que o objeto contratado foi devidamente cumprido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O Contratado inadimplente estará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2 O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

13.2.1 Advertência por escrito;

13.2.2 Multa;

13.2.3 Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.2.5 Será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias. O valor da multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual o débito poderá ser cobrado judicialmente. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirão a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

13.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o Contratado à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia que exceder o prazo, sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do CONTRATANTE, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo CONTRATANTE, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

14.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

14.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE, sempre que possível, contemplará:

a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.

14.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

14.6 Extinto o Contrato, o CONTRATANTE poderá ainda:

14.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter e executar a garantia prestada; e

14.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente **exercício de**, assim classificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO: _____;
FONTE: _____;
ELEMENTO DE DESPESA: _____;
EMPENHO nº. _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RENÚNCIA A DIREITOS

17.1 O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

19.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município.

19.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

19.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.



PREFEITURA DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Queimados-RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Queimados, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE: _____

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE _____
GESTORA DO CONTRATO

CONTRATADO: _____

CONTRATADO